

# Antecedentes do baixo nível de escolarização alcançado por uma coorte de jovens mães brasileiras<sup>1</sup>

Humberto Corrêa<sup>I</sup>

## Resumo

Em todo o mundo, pesquisas sobre a fecundidade efetivada na segunda década da vida demonstram que jovens mães completam menos anos de escolarização se comparadas com pares etárias nulíparas ou, ainda, com mulheres que postergam o nascimento do primeiro filho para os 20 ou mais anos de idade. No Brasil, poucos estudos identificaram em que medida os diferenciais observados já estavam presentes antes da fecundidade e, por essa razão, torna-se difícil avaliar os efeitos do nascimento de um filho sobre as carreiras escolares das jovens mães. O presente estudo analisou a trajetória escolar de uma amostra representativa (n=225) para uma coorte de mães adolescentes residentes em Campinas, município com mais de 1 milhão de habitantes, localizado no estado de São Paulo. Todas as jovens da amostra tiveram seu primeiro filho nascido vivo entre as idades de 17 e 19 anos no ano de 2005 e foram entrevistadas entre 2006 e 2007. Os anos de estudos concluídos foram mensurados por meio de uma observação transversal e pós-fecundidade. No entanto, a partir de questões retrospectivas, as histórias escolares das jovens mães foram reconstituídas longitudinalmente desde os 7 até os 16 anos, idades em que todas eram nulíparas. As elevadas proporções de repetências e interrupções em período anterior à gravidez e também ao nascimento do primeiro filho das jovens amostradas indicam que muitas tiveram suas histórias escolares cingidas por obstáculos que ultrapassam a questão da fecundidade: 28,0% repetiram de série e interromperam suas carreiras escolares, enquanto 78,2% repetiram ou evadiram ao menos uma série antes da gravidez e do nascimento do primeiro filho. Concluiu-se que, em função da metodologia adotada, estudos transversais que analisam os déficits educacionais das jovens mães somente após a fecundidade e os comparam diretamente com os anos de estudo alcançados por mulheres sem filhos – ou com aquelas que alcançaram a fecundidade após completarem 20 anos de idade – podem não identificar adequadamente a origem temporal da defasagem idade-série usualmente observada.

## Palavras-chave

**I-** O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a concessão da bolsa de doutorado (nº 141.645/2004-0), que propiciou a realização da pesquisa na qual se baseia o presente artigo.

**II-** Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.  
Contato: humberto@nepo.unicamp.br

Fecundidade na adolescência – Gravidez na adolescência – Defasagem escolar.

# **Examination of low schooling level of a cohort of young Brazilian mothers<sup>I</sup>**

Humberto Corrêa<sup>II</sup>

## **Abstract**

*Worldwide research on fertility in the second decade of life has shown that young mothers complete fewer years of schooling than their nulliparous age peers and women who postpone their first childbirth until age 20 or later. In Brazil, few studies have identified the extent to which these gaps were already present before fertility. Thus, it is difficult to assess the real effect of pregnancy and fertility on young mothers' education. This paper comprises an analysis of the educational progress of a representative sample (n = 225) of young women living in Campinas, a municipality of one million inhabitants in the state of Sao Paulo, Brazil. All individuals in the sample had their first live-born child between the ages of 17 and 19 in 2005 and were interviewed between 2006 and 2007. Their schooling histories from age seven to 16 (when all were still nulliparous) were then reconstituted longitudinally by the use of retrospective questions. The high incidence of academic failures and interruptions in studies prior to the subjects' pregnancies and first live births indicates that many of them had encountered obstacles in their schooling career before fertility: 28.0% failed and dropped out while 78.2% failed or dropped out of at least one school grade before pregnancy and their first live birth. Thus, cross-sectional studies that analyze the schooling deficits of young mothers only after their first pregnancy or childbirth and directly compare them to the school achievements of childless women – or those who delayed their first childbirth after the age of 20 – may not properly identify the origins of age-school grade gaps and the few years of schooling completed.*

## **Keywords**

*Adolescent fertility – Teenage pregnancy – Age-school grade gap.*

**I-** The author thanks the support of the National Council of Technological and Scientific Development of Brazil (CNPq) for the Ph.D. scholarship (#141645/2004-0), which made this article possible.

**II-** Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Sao Paulo, Brasil.  
Contact: [humberto@nepo.unicamp.br](mailto:humberto@nepo.unicamp.br)

## **A carreira escolar no contexto da fecundidade na adolescência**

A educação formal representa uma importante fração do capital social dos indivíduos e é entendida como uma condição *sine qua non* para a melhoria de seu bem-estar. Pensada como um elemento indispensável para a capacitação e o aprimoramento da mão de obra demandada por um mercado de trabalho progressivamente mais exigente, a educação concorre, entre outros fatores, para o fortalecimento das relações sociais, a construção da cidadania e a atenuação das iniquidades que se manifestam entre gêneros e raças (CORRÊA, 2009). Tamanho é o reconhecimento de sua importância que a educação compõe o Índice de Desenvolvimento Humano adotado pela Organização das Nações Unidas para a comparação internacional do nível de bem-estar experienciado pelas populações (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 2003). E, apesar de não franquearem automaticamente o caminho para a mobilidade social, a frequência escolar, a alfabetização e a obtenção de um nível mínimo de educação formal são fundamentais para o alcance dos padrões de qualificação atualmente demandados pelas sociedades (CALDWELL et al., 1998). Reais ou possíveis obstáculos impostos ao progresso escolar são interpretados como agentes precursores ou potencializadores de diferentes níveis de risco, instabilidade, pobreza ou mesmo exclusão social e justificam a adoção da variável educação como pano de fundo para a abordagem de uma ampla diversidade de temas.

Inúmeros estudos sobre a fecundidade na adolescência – definida como aquela que ocorre antes dos 20 anos de idade – constata que, em termos agregados, jovens mães apresentam níveis de escolaridade inferiores aos de suas pares etárias nulíparas ou daquelas que adiaram a chegada do primeiro filho para além dos 20 anos de idade. Apesar de frequentemente utilizada na literatura específica sobre o tema, a mencionada

associação não constitui uma dinâmica resolvida de causa e efeito. Não obstante, resiste como uma abordagem sedutora ao aparentemente traduzir relações complexas para um formato linear e facilmente assimilável.

E, a despeito de muitos textos que abordam a fecundidade na adolescência não oferecerem menções explícitas sobre a existência de uma relação de causalidade entre a chegada de um filho e a baixa escolarização de suas jovens mães, quase sempre omitem que seus dados não permitem estabelecê-la. Como resultado, suspeições veladas contribuem para fortalecer argumentações de toda sorte sobre a existência e a intensidade da suposta relação que, por omissão ou repetição, adquire o *status* de verdade.

A defasagem idade-série (DIS) – doravante entendida como a diferença entre a idade do estudante ao cursar uma série letiva e aquela apropriada para fazê-lo – é uma característica frequentemente observada e anexada aos discursos sobre as populações de jovens mães. Dessa forma, emerge naturalmente como uma variável de interesse para os estudos que buscam esclarecer a influência da fecundidade sobre as histórias de vida de suas protagonistas.

O artigo propõe a investigação da trajetória escolar de uma coorte formada por jovens mães que possuíam, em 2005, idades entre 17 e 19 anos no momento do parto do primeiro filho nascido vivo. Será mensurada a performance escolar agregada do grupo até os 15 anos – idade em que nenhum de suas integrantes havia engravidado do primeiro filho nascido vivo – com o propósito de compará-la ao nível de educação observado durante as entrevistas. Com esse expediente, pretende-se determinar a parcela do atraso escolar presente antes da gravidez e, portanto, não atribuível diretamente à fecundidade.

## **O regime escolar no Brasil**

Até recentemente, a escolarização obrigatória no Brasil era composta de oito

anos: a 1ª série deveria ser iniciada aos 7 anos e a 8ª deveria ser concluída aos 14 ou 15 anos. Outorgada em 1996, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* determinou a ampliação do ensino obrigatório no país para nove séries letivas anuais. Esse parâmetro tornou-se meta para a educação brasileira por meio da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o *Plano Nacional de Educação* (BRASIL, 2001a). Efetivamente, no entanto, o ensino fundamental – e obrigatório – incorporou o regime de nove anos após a aprovação do Projeto de Lei nº 3.675/04, que reduziu para 6 anos a idade da matrícula da criança no início da carreira escolar. Contudo, a Lei nº 11.114/2005 prorrogou até 2010 o prazo para que os estados e municípios se adaptassem aos requisitos da Lei nº 3.675/04. Cabe mencionar que, antes como agora, os três anos do ensino médio que antecedem o ensino superior não são compulsórios e estão longe da universalização no Brasil.

Para a coorte estudada neste trabalho, sujeita ao regime de ensino anteriormente citado, o sincronismo ótimo para a relação idade/série letiva seria efetivado por meio do ingresso escolar da criança no ano em que completasse 7 anos de idade, se alcançados até o dia 31 de julho. Após a data, a inserção poderia ocorrer no ano-calendário posterior. Dessa forma, em geral, a 2ª série seria cursada aos 8 anos, a 3ª aos 9 e assim sucessivamente, culminando com a conclusão da 8ª série aos 14 anos. Em virtude do mês de nascimento de cada jovem e da eventual postergação do início da carreira escolar para o ano em que completou 8 anos de idade, admitiremos, para a verificação do sincronismo ótimo, a conclusão da 8ª série ao final do ano em que a jovem completou 15 anos.

## **O município de Campinas**

Localizado no interior do Estado de São Paulo, a mais populosa e importante unidade econômica da federação, o município de

Campinas ocupa uma área de 796 km<sup>2</sup>, dos quais 30% são classificados como área urbana. Nessa área, estão concentrados 98,3% dos residentes. Segundo o Censo Demográfico de 2010, a população da cidade naquele ano era de 1,081 milhão de pessoas e, em 2005, ano de referência da pesquisa, estimada em mais de 1 milhão de residentes. Atualmente possui a 14ª população entre os 5.565 municípios existentes no país e constitui a terceira maior de seu estado, aquém apenas dos municípios de São Paulo e Guarulhos (IBGE, 2013).

Campinas abriga um dos mais importantes polos industriais do país. Lá estão instaladas algumas das maiores empresas nacionais e estrangeiras de informática, telecomunicação e petroquímica, que convivem e se beneficiam de uma sólida oferta de mão de obra oriunda dos centros de pesquisa e das universidades locais. Possui, ainda, o segundo maior terminal aéreo de cargas do país e encontra-se em fase de elaboração o edital de licitação para a construção de uma via para o tráfego de trens de alta velocidade que interligará o município às duas maiores regiões metropolitanas do país: São Paulo e Rio de Janeiro (CAMPINAS, 2013). Não é surpresa, portanto, que o município atraia trabalhadores de cidades adjacentes, algumas consideradas meros dormitórios para a força de trabalho que fornecem para Campinas.

Apesar de sua pujança econômica, Campinas possui bolsões de pobreza, principalmente em sua periferia, onde a oferta de serviços públicos básicos como o transporte, a saúde e até mesmo o suprimento de água e esgotamento sanitário são deficientes ou ausentes. Essas condições contrastam com algumas áreas do território municipal que podem ser comparadas às melhores existentes no mundo.

O fenômeno da fecundidade entre as adolescentes e jovens, especialmente as mais pobres, não é incomum e, em função dos contrastes sociais observados no município, a região emerge como um local de interesse para pesquisadores que estudam um amplo conjunto de questões sociais associadas ao tema.

## Método

As informações que compõem este artigo foram extraídas da *Pesquisa sobre famílias formadas por jovens mulheres (PFJM)* (CORRÊA, 2007), conduzida no município de Campinas, estado de São Paulo, como parte integrante da tese de doutoramento do autor. O estudo citado adotou uma metodologia quantitativa do tipo amostral probabilística. Para a obtenção da amostra, inicialmente foi determinada a população-alvo a ser pesquisada, que consistiu de um conjunto de jovens do sexo feminino com as seguintes características:

a) Ter ao menos um filho nascido vivo no ano de 2005. A sobrevivência do filho na ocasião da entrevista não tornava a jovem inelegível para participar da pesquisa;

b) O nascimento indicado no item anterior ter sido o primeiro filho nascido vivo da jovem. Sobre essa premissa, não foram considerados antecedentes de abortos (espontâneos ou induzidos) e/ou filhos nascidos mortos, não importando a localidade, tampouco o ano em que os eventos ocorreram;<sup>1</sup>

c) Ter idade entre 17 anos exatos e 19 anos cumpridos (adotando-se o conceito demográfico de *idade alcançada no último aniversário*) na ocasião do parto;

d) Residir no município de Campinas no momento do parto. Todavia, a residência em um município diferente na ocasião da entrevista não tornava inelegível a participação do indivíduo selecionado;

e) O parto indicado no item *a* ter ocorrido no município de Campinas.

Após registrar o projeto no Sistema Nacional de Informações Sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP, 2006),<sup>2</sup> com o aval do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas e do

Departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o autor obteve da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas um arquivo contendo todos os dados dispostos nas Declarações de Nascidos Vivos (DNV) (BRASIL, 2001b). Esse documento é preenchido pelo *staff* do hospital em que o parto ocorre e apresenta inúmeras informações sobre o recém-nascido e a mãe, incluindo seu endereço residencial. Após o expurgo dos casos que não atendiam simultaneamente às características anteriormente descritas, foram obtidos 1.250 registros elegíveis para compor o sistema de referência para a extração da amostra.

A PFJM utilizou um *modus operandi* semelhante ao adotado em pesquisas por amostra de domicílios. No entanto, suas Unidades Elementares (UEs) consistiram nas próprias jovens residentes nos endereços indicados nas DNV por ocasião do parto e que possuíam as características de interesse. Os endereços dos domicílios, portanto, representavam somente o meio inicial de localização, mas não as UEs propriamente ditas. Se dois ou mais registros estivessem associados a uma única gestação (gêmeos ou trigêmeos), seria considerada somente uma UE – a mãe. Da mesma forma, se duas ou mais UEs residissem no mesmo endereço, seriam contabilizadas tantas quantas fossem aquelas referenciadas a um único domicílio. Ao final do procedimento, o número de UEs foi reduzido para 1.239, não obstante a observação de 1.250 nascidos vivos vinculados a 1.238 domicílios.

Para a determinação do tamanho da amostra (*n*) e da consequente precisão estatística desejada para as estimativas das mensurações produzidas, foram considerados os recursos disponíveis para a execução do projeto. O tamanho final da amostra alcançou 225 casos baseados em um intervalo de confiança de 90%, nível de confiança de 5% e uma distribuição de resposta de 50%. Por sua natureza essencialmente descritiva, os dados apresentados neste artigo não foram submetidos a testes estatísticos.

**1-** No total, as jovens da amostra reportaram oito gravidezes anteriores àquela que produziu o primeiro filho nascido vivo: seis informaram a ocorrência de uma gravidez e outra declarou ter engravidado duas vezes. Todavia, segundo as entrevistadas, nenhum dos eventos citados gerou um nascido vivo.

**2-** O Projeto foi identificado pelo nº 0213.0.146.006-06.

Todas as entrevistas foram conduzidas exclusivamente pelo autor no período compreendido entre 26 de outubro de 2006 e 9 de outubro de 2007. O momento de início do trabalho de campo foi planejado para que todas as jovens tivessem alcançado ao menos 18 anos exatos na ocasião das entrevistas. Portanto, não houve a necessidade de concessão de autorização dos pais ou responsáveis para os indivíduos integrarem o estudo.

Foram solicitadas para todas as participantes a leitura (individual ou assistida) e a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido que descrevia a natureza, o propósito e a confidencialidade da pesquisa.

Durante o período do trabalho de campo, perseguiu-se, ao extremo, a minimização de perdas de entrevistas. Em decorrência, não foi determinado, *a priori*, um número máximo de tentativas de visitas para cada UE sorteada até que seu descarte fosse eventualmente decidido. No total, 67 entrevistas (29,8%) necessitaram de apenas uma visita. Em 20,4% dos casos, quatro ou mais tentativas foram necessárias. A média de contatos realizados para a conclusão de uma entrevista típica foi de 2,49. No entanto, todas foram iniciadas e encerradas em um único dia. Com média de 36 minutos, o tempo total de aplicação variou de 21 a 77 minutos.

O questionário contou com aproximadamente duas centenas de perguntas fechadas abordando os temas educação, trabalho, fecundidade, migração, comportamento sexual e reprodutivo, além de questões sobre condições socioeconômicas. No presente artigo, será apresentado um subconjunto de informações referentes ao tema educação.

Para reconstituir as carreiras escolares das entrevistadas e auxiliá-las na rememoração de eventos-chave em suas histórias de vida, um formulário-calendário foi especificamente desenhado para o estudo. Seu preenchimento era acionado por meio de instruções para o entrevistador contidas nos próprios quesitos do questionário. As respostas fornecidas pelas entrevistadas eram transferidas para o formulário-

-calendário e cada evento mencionado era imediatamente associado a um ano e, igualmente, à idade alcançada pela jovem ao seu final.

Para cada uma das entrevistadas, perguntou-se – diretamente ou por meio de um conjunto de questões – sobre os seguintes tópicos relacionados à sua trajetória escolar: se frequentou a pré-escola; as séries e os anos-calendário frequentados em escolas públicas e instituições privadas; as séries e os anos-calendário nos quais houve mudança de escola; as séries e os anos-calendário nos quais foi promovida; as séries e os anos-calendário nos quais não obteve aprovação; os anos-calendário sem frequência integral (evasão após ter frequentado aulas por algum período); os anos-calendário sem qualquer frequência escolar.

Outros eventos, quando identificados por questões específicas ou derivadas, também foram reportados no formulário-calendário: episódios associados a uma gravidez (gestações anteriores, suspeitas de gravidez, abortos e nascidos mortos); idade por ocasião do parto; idade por ocasião da separação conjugal dos pais; idade por ocasião da morte dos pais; ano-calendário referente ao início de cada trabalho exercido até a data da entrevista, além da duração de cada um deles; idade por ocasião da menarca; idade por ocasião da primeira relação sexual; idade por ocasião do início e, também, a duração de casamentos ou coabitações.

Foram introduzidas, ainda, questões-filtro com o propósito de checar a consistência das respostas anteriores e minimizar a possibilidade de lapsos. Ademais, o sequenciamento dos temas do questionário e o ordenamento de suas respectivas questões foram planejados com o objetivo de produzir um encadeamento cronológico e facilitar a lembrança dos eventos.

Em suma, o formulário-calendário propiciou a reconstrução de uma sequência consistente de eventos para cada uma das jovens entrevistadas ao permitir que o entrevistador checasse, *in loco*, a cronologia de inúmeros episódios capturados pelos quesitos contidos no questionário. Além disso, a introdução do

formulário-calendário permitiu a execução de tabulações que não seriam exequíveis por meio da utilização exclusiva dos quesitos do questionário.

Os dados da PFJM foram tabulados com os softwares *Statistical Package for the Social Sciences*® 13.0 for Windows® e *Microsoft Excel* 2003.

## Resultados

No mundo (MENSCH; BRUCE; GREENE, 1998; CALDWELL et al., 1998) e no Brasil (FERRAZ; FERREIRA, 1998; BERQUÓ; CAVENAGHI, 2005; CAVENAGHI; ALVES, 2011; HEILBORN; CABRAL, 2011), é amplamente documentado que a fecundidade na adolescência feminina ocorre predominantemente nos grupos populacionais economicamente menos favorecidos. Tal padrão pôde ser validado para a amostra da PFJM por meio da aplicação do Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), sistema proposto pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas de Mercado para “estimar o poder de compra de pessoas e famílias urbanas” (ABEP, 2003). Refletindo a composição esperada da população-alvo, a amostra foi preponderantemente composta pelos estratos econômicos inferiores da escala do CCEB: A1 - 0.0%; A2 - 0.9%; B1 - 3.6%; B2 - 12.4%; C - 65.4%; D - 17.3%; e E - 0.4%. Igualmente observamos o predomínio dos grupos populacionais tradicionalmente mais vulneráveis na sociedade brasileira, com as não brancas perfazendo 56,9% da amostra.

Outras características dos domicílios visitados evidenciaram a precariedade dos cenários encontrados durante as entrevistas. Quase todos os domicílios (99,1%) contavam com o fornecimento público de eletricidade e água encanada, mas o sistema de esgotamento sanitário conectado a uma rede de coleta estava disponível em apenas 76,0% das residências visitadas. A maioria (66,2%) das entrevistadas nasceu em Campinas, não obstante a observação de um importante subgrupo composto por migrantes naturais de outros municípios do estado de São Paulo (14,7%) e demais unidades da

federação (18,7%). Uma entrevistada nasceu em outro país sul-americano, mas a migração para o Brasil ocorreu ainda durante sua infância. No total, 86,7% declararam o exercício de ao menos um trabalho antes da gravidez do primeiro filho nascido vivo – e, dessa parcela, todas alguma vez trabalharam de maneira informal. Por ocasião das entrevistas, 60,4% das jovens moravam exclusivamente com filho e parceiro, mas 17,8% não viviam com o pai da criança.

Por assumirmos as idades de 7 ou 8 anos para o ingresso na 1ª série, esperávamos que aos 18 anos os indivíduos da coorte pesquisada houvessem vencido o ensino médio (11 anos de estudo). Apesar do fato de as jovens pesquisadas terem a idade média de 20,5 anos<sup>3</sup> na ocasião da entrevista, apurou-se que somente 28,9% delas haviam alcançado ou superado a 3ª série do atual ensino médio (figura 1, destaque a).

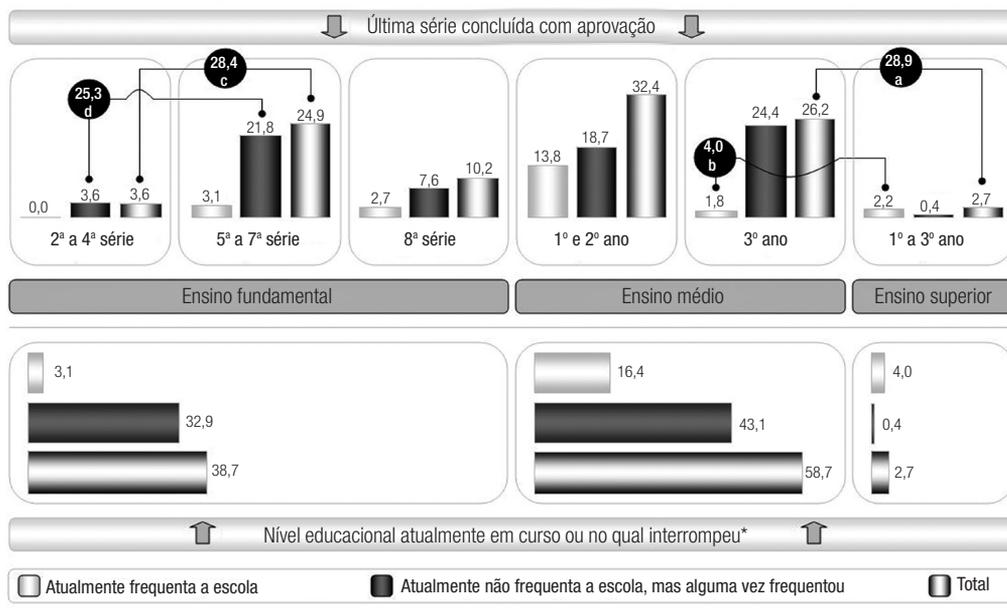
O progresso escolar do grupo pesquisado revelou-se ainda mais deficitário ao constatarmos que somente uma em cada 25 jovens (4,0%) havia alcançado ou ultrapassado a 3ª série do ensino médio e, simultaneamente, permanecia integrada ao sistema formal de ensino por ocasião das entrevistas (figura 1, destaque b).

Já no extremo inferior da carreira escolar, observamos que 28,4% das jovens sequer concluíram a 8ª série (figura 1, destaque c). Dessas, quase todas (25,3 pontos percentuais ou 89,1% daquelas que não concluíram o ensino fundamental) já estavam fora do sistema na ocasião das entrevistas (figura 1, destaque d).

Os números ora apresentados decorrem de uma observação transversal pós-fecundidade

**3-** O cálculo considerou a diferença entre a data de realização da entrevista e a data de nascimento da entrevistada. O resultado foi obtido em dias e convertido em anos de 365 dias. Sob essa assunção, observamos que somente 6,7% das entrevistadas possuíam idades no intervalo 18,2-19,0 anos, ou seja, entre 18,2 anos exatos e 19 anos exclusive. As demais jovens distribuíram-se da seguinte forma: 19-20 anos = 23,1%; 20-21 anos = 37,3%; 21-22 anos = 28,0%; idades iguais ou superiores aos 22 anos exatos = 4,0%. Portanto, o recorte referencial de 18 anos para o cálculo da DIS pode ser apreendido como conservador, pois desconsiderou, em média, a progressão média potencial: 2,5 anos letivos. Todavia, como no Brasil somente o ensino fundamental é obrigatório e o ensino superior nem sempre representa objetivo ou desejo do indivíduo, tomamos, nesse momento, o marco do ensino médio como parâmetro para a mensuração da DIS.

**Figura 1** – Distribuição das entrevistadas segundo as séries ainda em curso, séries concluídas com aprovação e o último nível de ensino cursado ou evadido (amostra padrão da PFJM:  $n = 225$ )



\* Considera a última série concluída, quando observada interrupção da carreira escolar; ou série em curso, se observada a permanência no sistema de ensino. Fonte: CORRÊA, 2007.

e pouco podemos inferir sobre os processos que os originaram. Usualmente, no entanto, sumários como esse erigem o corolário utilizado para fundamentar inúmeras conjecturas sobre a fecundidade e seus supostos efeitos deletérios nas vidas das jovens que experienciam um episódio de gravidez e parto na segunda década da vida.

Apesar de seu caráter sinóptico, os números apresentados sugerem que, se ocorreu, a influência da fecundidade sobre a progressão escolar das jovens pesquisadas manifestou-se por mecanismos mais complexos do que aqueles traduzidos por uma suposta relação direta de causa e efeito. A afirmação sustenta-se ao considerarmos que as entrevistas da PFJM foram conduzidas, em média, nos 22 primeiros meses posteriores ao evento do nascimento do primeiro filho.<sup>4</sup> Por essa razão, podemos inferir,

**4-** Mínimo = 10,4 meses; 1º quartil = 18,9 meses; mediana = 21,8 meses; média = 21,9 meses; 3º quartil = 25,3 meses; máximo = 32,6

com segurança, que uma parcela importante da DIS mensurada para a coorte pesquisada provém de um período anterior à fecundidade. De outra forma, não observaríamos elevadas proporções de jovens apresentando DIS superior a três anos – fato verificável a partir do percentual apurado daquelas que haviam concluído o ensino médio na ocasião da entrevistas.<sup>5</sup> Ou, sob um parâmetro mais rígido, se tomarmos somente as proporções de jovens que sequer haviam vencido o atual ensino fundamental por ocasião das entrevistas.

E, mesmo lançando mão de premissas conservadoras para avaliarmos o progresso escolar da amostra considerada, faz-se

meses. Ademais, 64% das entrevistas foram conduzidas em até 24 meses após a data de nascimento do primeiro filho nascido vivo; 70% em até 24,9 meses; 80% em até 25,9 meses; 90% em até 27,6 meses.

**5-** Se considerarmos a média de 22 meses decorridos entre o parto e a entrevista adicionados aos, aproximadamente, nove meses de gestação, a defasagem individual máxima atribuível à fecundidade não poderia ultrapassar dois anos e sete meses.

pertinente mencionar que a observação de uma DIS entre um e três anos não significa, necessariamente, que ela derivou de um efeito produzido pela fecundidade. Todavia, no nível individual, pode-se afirmar que uma defasagem superior a três anos – no todo ou em parte – teve origem em um período progressivo à gravidez e ao nascimento do primeiro filho.

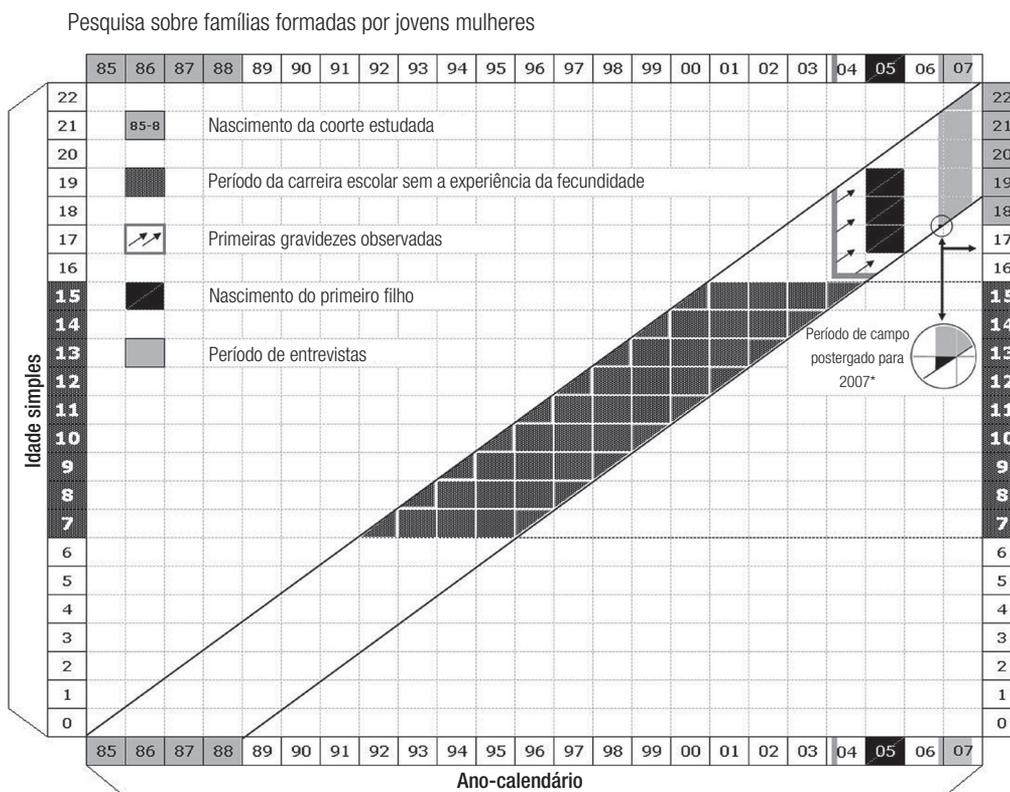
Caberia, então, a investigação sobre como se desenvolveram essas trajetórias e, ainda, em que intensidade os déficits observados estavam presentes antes da fecundidade. A condução de uma análise longitudinal da progressão educacional surge como um caminho promissor para respondermos a esses questionamentos. Ao adotarmos essa perspectiva, poderemos nos afastar de inferências viesadas a respeito da influência da fecundidade sobre a situação escolar captada no momento das entrevistas.

## A defasagem idade-série

Para a coorte estudada, ou seja, nascida entre os anos de 1985 e 1988, a escolaridade constitucionalmente obrigatória referia-se à conclusão com aprovação das oito primeiras séries letivas do regime de ensino então vigente. Se considerarmos que a inserção escolar do indivíduo ocorria aos 7 ou 8 anos de idade, o alcance da 8ª série dar-se-ia aos 14 ou 15 anos. Portanto, analisaremos a trajetória das jovens até o limite superior desse intervalo.

É oportuno enfatizar que, aos 15 anos de idade, nenhuma das jovens pesquisadas na PFJM sequer havia engravidado do primeiro filho nascido vivo (figura 2). De fato, somente aos 16 anos observamos uma pequena proporção das gravidezes ocorridas e, aos 17 anos, os primeiros nascimentos.

**Figura 2** – Diagrama de Lexis – Distribuição das jovens segundo eventos selecionados



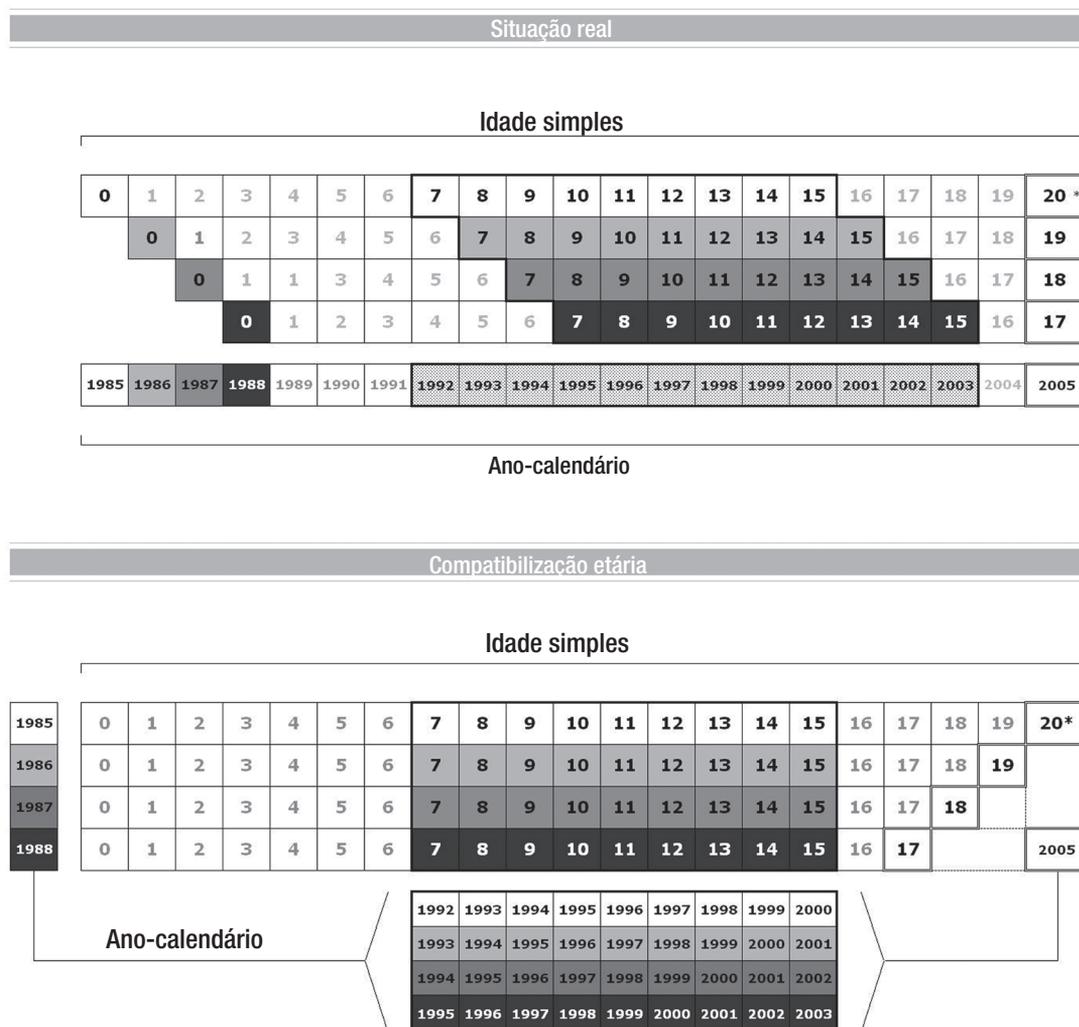
\* Jovens com 17 anos de idade em 2006, se amostradas, seriam entrevistadas em 2007, após completarem 18 anos. Todavia, essa situação não ocorreu.  
Fonte: CORRÊA, 2007.

E, como analisamos *pari passu* as informações sobre jovens com diferentes idades e que ingressaram no sistema de ensino em anos-calendário distintos, desprezamos esses últimos e consideramos as informações agrupadas por idades simples. A figura 3 resume esquematicamente o recorte do Diagrama de Lexis apresentado na figura 2. A aplicação desse expediente produziu uma compatibilização etária para a análise combinada da carreira

escolar dos três subgrupos relativamente homogêneos (jovens que deram à luz aos 17, 18 e 19 anos) e aqui considerados como uma coorte de nascimento e de jovens mães. Em acréscimo, a compatibilização etária proposta eliminou o efeito que uma observação transversal no tempo teria sobre o nível de escolaridade individual final apurado em razão do natural truncamento das informações no momento da entrevista.

**Figura 3** – Metodologia utilizada para a compatibilização das informações sobre educação

Pesquisa sobre famílias formadas por jovens mulheres



\* 20 anos incompletos.

Fonte: CORRÊA, 2007.

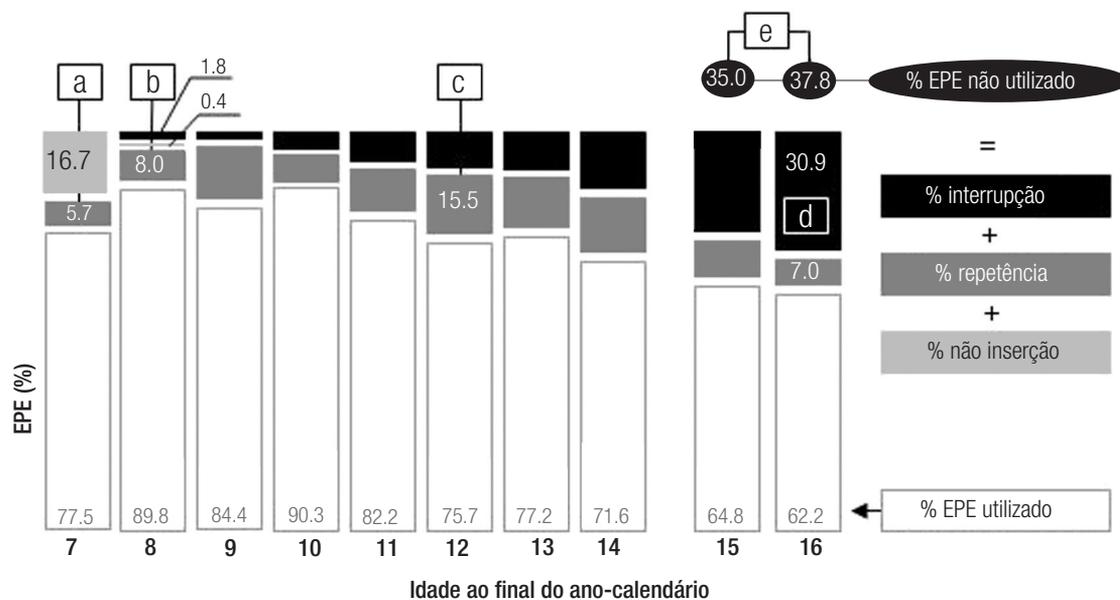
Consideramos, pois, que, em cada ano-calendário, o indivíduo poderia ter obtido a aprovação em uma única série letiva. Se promovida, a jovem realizaria a progressão escolar associada ao referido ano-calendário. Do contrário, isto é, caso fosse reprovada ou abandonasse o sistema de ensino, desperdiçaria a possibilidade de progressão da série letiva cursada naquele ano. Instrumentalmente, designamos esse potencial teórico de avanço de uma série na carreira escolar em relação a um ano-calendário como Espaço para a Progressão Escolar (EPE).

Sobre essa premissa, sumariamente observamos: aos 7 anos de idade, 16,7% das

jovens ainda não frequentavam a escola, enquanto 5,7% haviam repetido de série (figura 4, destaque a). Portanto, aos 7 anos, o conjunto da amostra não utilizou 22,5% do EPE possível.

Ao final do ano em que as jovens completaram 8 anos, ou seja, idade em que todas deveriam estar integradas ao sistema, observou-se a persistência de uma parcela residual (0,4%) ainda não incorporada. Ademais, a reprovação alcançou 8,0% do total, enquanto a interrupção atingiu 1,8% das jovens. Portanto, 10,2% do EPE potencial não foi aproveitado (figura 4, destaque b)

**Figura 4** – Distribuição percentual do Espaço para a Progressão Escolar (EPE) por idade simples, dos 7 aos 16 anos de idade, segundo o *status* de utilização (amostra padrão da PFJM:  $n = 225$ ).



Fonte: CORRÊA, 2007.

Muitas vezes oculto por interrupções com duração inferior a um ano letivo, o evento *repetência* se fez presente desde o início das trajetórias escolares. Seu ápice foi atingido aos 12 anos, idade em que 15,5% das jovens não alcançaram a promoção para a série subsequente (figura 4, destaque c).

É oportuno mencionar que, para o grupo pesquisado, a promoção da 4ª para a 5ª

série ocorria, aproximadamente, aos 12 anos. Ainda hoje, principalmente no sistema de ensino público, essa passagem constitui um importante marco, pois corresponde à transição do antigo curso primário (1ª a 4ª série) para o ginásio (5ª a 8ª série). Nessa fase, é comum observarmos a necessidade de o aluno mudar de escola para o prosseguimento dos estudos, pois muitas instituições ainda não oferecem todas as

séries do atual ensino fundamental ou adotam complexas grades de horários para atender a heterogeneidade etária e serial de seu corpo discente. Os números agregados derivados da pesquisa sugerem que a mudança de escola pode ter contribuído para a produção de rupturas nas trajetórias escolares dos indivíduos da amostra.

Por fim, a evasão escolar, entendida como o abandono de ao menos um ano letivo completo, esteve presente desde os 8 anos de idade. A partir dos 10 anos, as proporções de interrupções conformaram uma nítida tendência de crescimento até atingirem 30,9% aos 16 anos (figura 4, destaque d).

Assim, aos 15 anos, idade em que nenhuma adolescente da amostra sequer estava grávida do primeiro filho nascido vivo, 35,0% do EPE não foi utilizado. Aos 16 anos, idade em que ocorreram as primeiras gravidezes, a proporção ascendeu aos 37,8% (figura 4, destaque e).

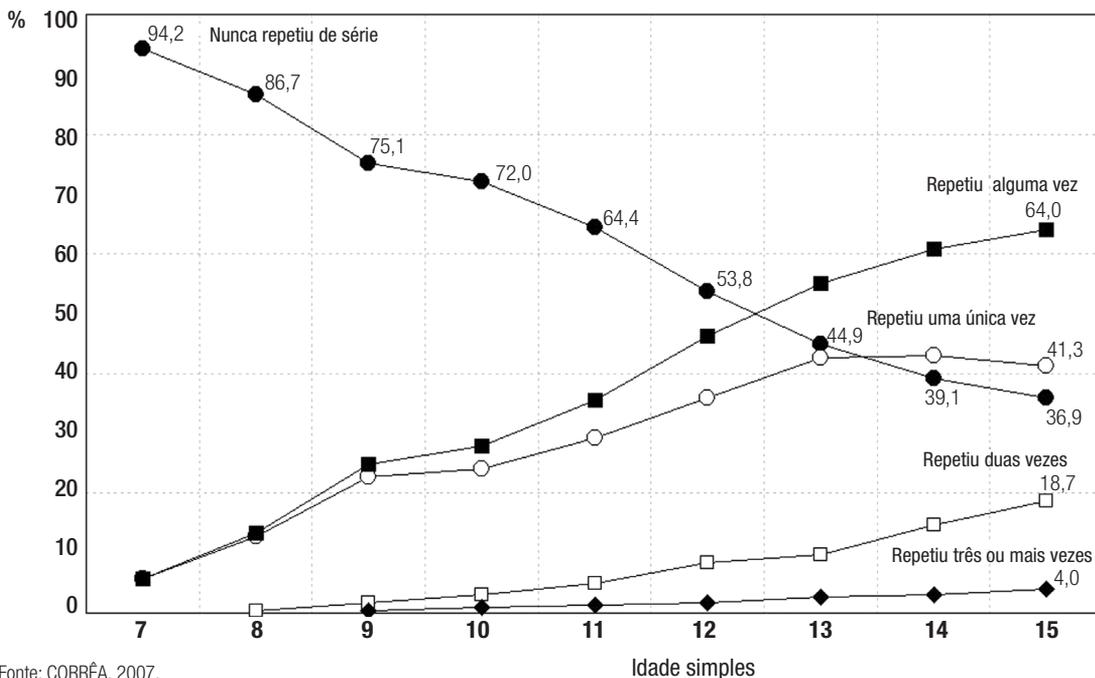
Evidencia-se, portanto, que uma importante fração do atraso escolar capturado nas entrevistas – conduzidas aproximadamente 22 meses após o nascimento do primeiro filho

das jovens estudadas – seguramente teve origem em um período anterior à fecundidade.

Apesar de ampliar a nossa percepção analítica, os números apresentados são insuficientes para a realização de inferências mais abrangentes. As proporções do EPE, por exemplo, pouco informam sobre o comportamento das repetências e interrupções. Teriam elas acometido sistematicamente as mesmas jovens ou constituíram eventos disseminados para grandes segmentos da amostra? Seguiram padrões identificáveis ou simplesmente se manifestaram aleatoriamente? Para enfrentarmos esses questionamentos, desagregamos os dados e tipificamos os padrões de repetências e interrupções.

A figura 5 apresenta as proporções acumuladas de repetências de séries letivas segundo o número de vezes em que o evento ocorreu. Os dados evidenciam a crescente experiência com esse evento desde os 7 anos de idade: aos 15 anos, 64,0% das jovens haviam repetido ao menos uma série letiva: 41,3%, exatamente uma vez; 18,7%, duas vezes; e 4,0%, três ou mais vezes.

**Figura 5** – Evolução das proporções acumuladas das jovens com repetências de séries letivas, segundo o número de vezes em que o evento foi observado (amostra padrão da PFJM:  $n = 225$ )

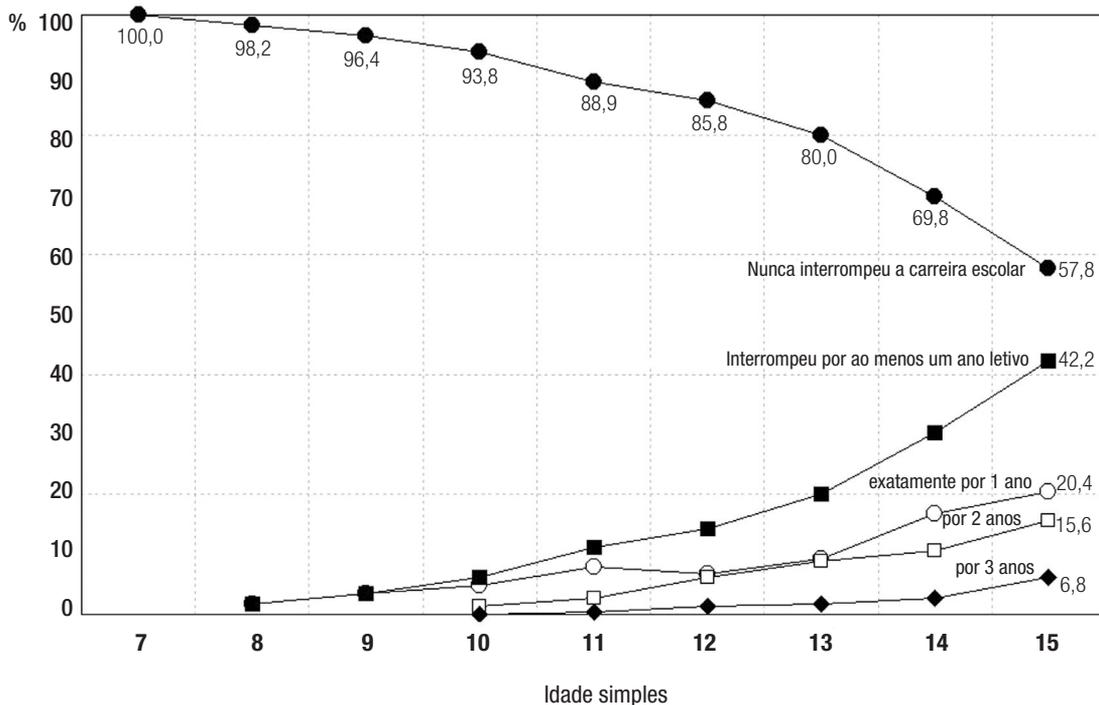


Fonte: CORRÊA, 2007.

Sobre a interrupção escolar, denotada por um ano letivo sem o registro de qualquer frequência, os números apurados igualmente revelam uma tendência bem delineada. Aos 15

anos, 42,2% das jovens já haviam interrompido alguma vez a carreira escolar com afastamento igual ou superior a um ano letivo/calendário (figura 6).

**Figura 6** – Evolução das proporções acumuladas das jovens com séries letivas interrompidas, segundo a frequência das interrupções (amostra padrão da PFJM:  $n = 225$ )



Fonte: CORRÊA, 2007.

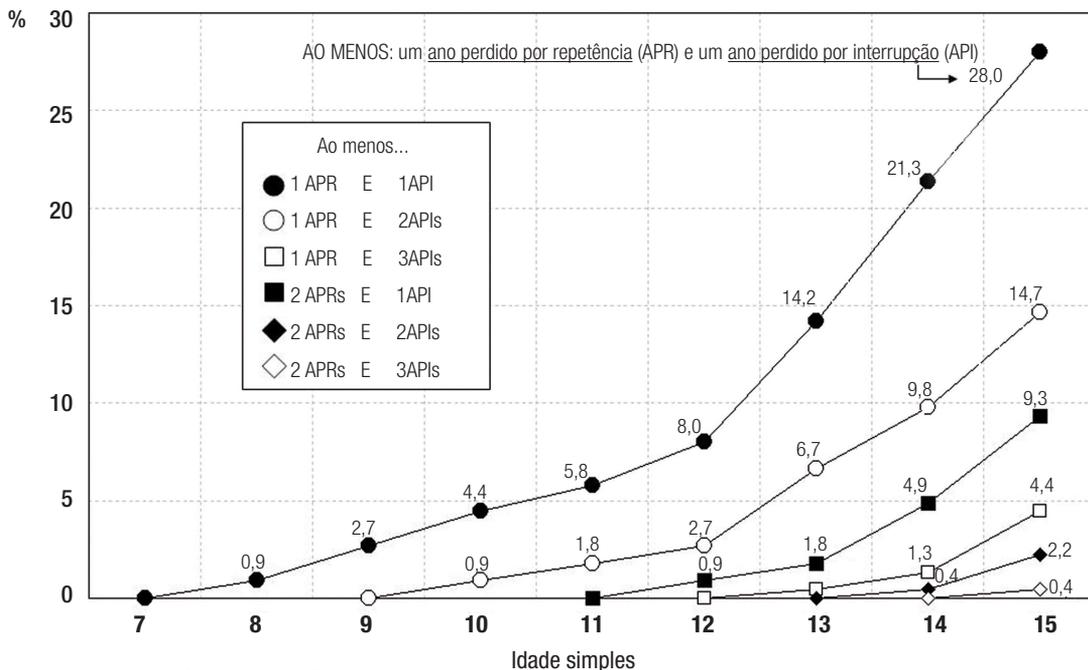
Notamos, ainda, que os cenários de repetência e interrupção se agravam ao considerarmos a frequência e a duração dos fenômenos. As proporções de jovens que alguma vez se afastaram do sistema de ensino por ao menos um ano (42,2%) ou repetiram de série (64,0%) antes do início da gravidez do primeiro filho nascido vivo evidenciam a sobreposição na experiência com os dois eventos – fato aprofundado pelas figuras 7 e 8.

Como resultante, uma elevada proporção da população estudada apresentou DIS que foi acumulada na carreira escolar antes da fecundidade (figura 9).

## Discussão

Apresentados de maneira longitudinal, os números sobre as repetências e os anos interrompidos até os 15 anos – portanto, antes da gravidez e do nascimento do primeiro filho – sugerem que as trajetórias escolares dos indivíduos observados foram constrangidas por outros obstáculos. Com os dados disponíveis, não foi possível – e excede o escopo do artigo – avaliar se essas carreiras escolares seriam encerradas ou retomadas sem a chegada de um filho. Em trabalhos anteriores (CORRÊA, 2004, 2009), no entanto, foi possível inferir que aproximadamente

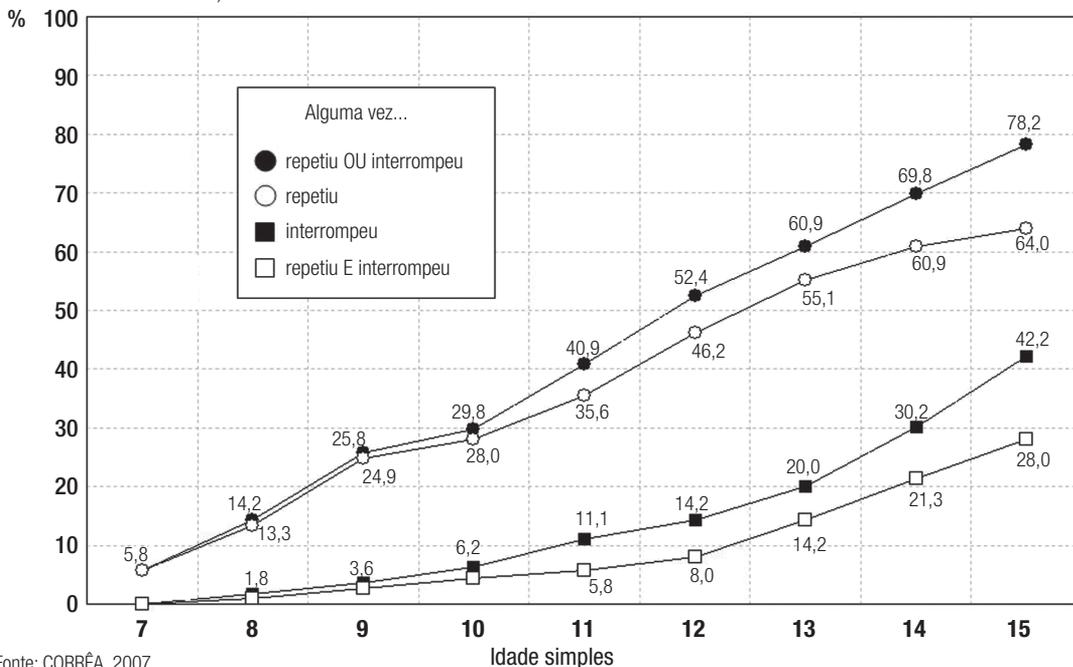
**Figura 7** – Proporções acumuladas das jovens que repetiram e interromperam a carreira escolar, segundo o número de vezes em que os eventos foram observados (amostra padrão da PFJM:  $n = 225$ )



Nota: As curvas de proporções acumuladas são inclusivas.

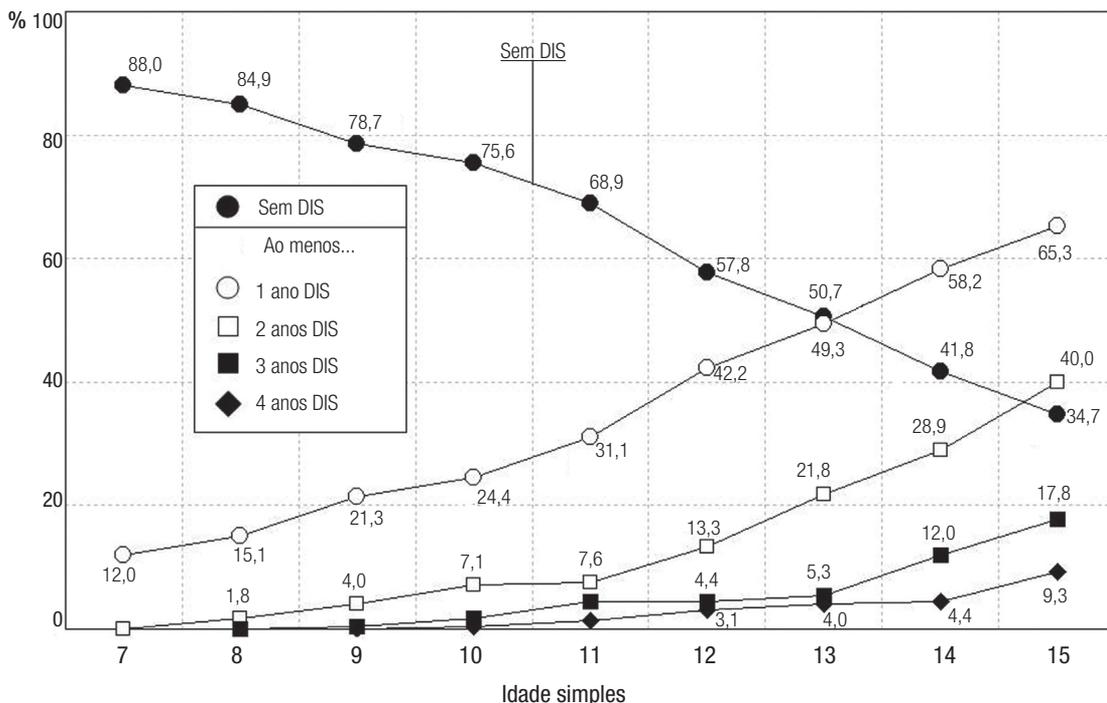
Fonte: CORRÊA, 2007.

**Figura 8** – Proporções acumuladas das jovens que alguma vez repetiram séries e/ou interromperam a carreira escolar (amostra padrão da PFJM:  $n = 225$ )



Fonte: CORRÊA, 2007.

**Figura 9** – Evolução das proporções acumuladas das jovens com Defasagem Idade-Série (DIS), segundo o número de anos em defasagem (amostra padrão da PFJM:  $n = 225$ )



Fonte: CORRÊA, 2007.

70% da não frequência escolar das adolescentes brasileiras de 17 a 19 anos, no ano de 2000, não estava diretamente associada com a fecundidade, pois esta não havia se efetivado até a ocasião da interrupção escolar.

Em suma, apesar de uma parcela relevante da literatura sobre o tema indicar que a fecundidade constitui um importante vetor para produção de interrupções nas trajetórias escolares das jovens mães, os números aqui apresentados permitem inferir que outras variáveis certamente atuaram para configurar a progressão irregular e deficitária observada para a coorte analisada. A existência de tais relações, no entanto, não é passível de captação por meio de uma análise agregada, principalmente quando o nível educacional apurado para as jovens mães é obtido por uma única observação transversal no tempo e, via de regra, conduzida após a fecundidade. Todavia, como usualmente as pesquisas sobre fecundidade na adolescência

comparam os anos de estudo completados por jovens mães *vis-à-vis* a escolaridade alcançada por grupos etários semelhantes de nulíparas, a fecundidade pode ser equivocadamente julgada como a variável explicativa para os déficits observados, quando, na verdade, eles já poderiam estar presentes antes mesmo da gravidez e do nascimento do primeiro filho.

Assim, a exemplo dos resultados de outras pesquisas, o cenário apreendido pela PFJM configura-se mais como um viés de seleção de jovens com carreiras escolares vulneráveis a outros fatores antes da fecundidade do que propriamente pela influência negativa da fecundidade sobre a progressão educacional de suas protagonistas (FURSTENBERG; BROOKS-GUNN; MORGAN, 1987; GERONIMUS; KORENMAN, 1992, 1993; HOFFMAN; FOSTER; FURSTENBERG, 1993; FURSTENBERG, 1998, 2007; HOTZ; McELROY; SANDERS, 2005).

Ainda com base nos dados da PFJM, trabalhos futuros analisarão os determinantes captados para as rupturas nas carreiras escolares das jovens mães até os 15 anos, com o objetivo de ampliar o entendimento sobre a questão.

## Referências

ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa). **Critério de classificação econômica Brasil 2003**. Disponível em: <<http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=302>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana. Increasing adolescent and youth fertility in Brazil: a new trend or a one-time event? In: ANNUAL MEETING OF THE POPULATION ASSOCIATION OF AMERICA, Apr. 2005, Philadelphia. **Proceedings...** Philadelphia: Population Association of America, 2005. (Session 51, Adolescent Fertility in Developing Countries).

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de instruções para o preenchimento da declaração de nascido vivo**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde, 2001b. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/declaracao\\_nasc\\_vivo.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/declaracao_nasc_vivo.pdf)>. Acesso em: 11 ago. 2013.

CALDWELL, John Charles et al. (Orgs.). Adolescent reproductive behavior in the developing world. (Special issue of) **Studies in Family Planning**, New York, v. 29, n. 2, June 1998.

CALDWELL, John Charles et al. The construction of adolescence in a changing world: implications for sexuality, reproduction, and marriage. **Studies in Family Planning** (Special issue: Adolescent reproductive behavior in the developing world), New York, v. 29, n. 2, p. 137-153, June 1998.

CAMPINAS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. **Planejamento urbano e cadastro técnico**. Campinas, 2013. Disponível em: <<http://2009.campinas.sp.gov.br/seplama/>>. Acesso em: 7 jul. 2013.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. Diversity of childbearing behavior in the context of below-replacement fertility in Brazil. **United Nations Expert Paper**, New York, n. 8, 2011. Disponível em: <[http://www.un.org/esa/population/publications/expertpapers/2011-8\\_Cavenaghi\\_Expert-Paper\\_FINAL\\_ALL-Pages.pdf](http://www.un.org/esa/population/publications/expertpapers/2011-8_Cavenaghi_Expert-Paper_FINAL_ALL-Pages.pdf)>. Acesso em: 7 jul. 2013.

CORRÊA, Humberto. **A fecundidade na adolescência**: a interpretação de um problema ou um problema de interpretação? Dissertação (Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa sobre famílias formadas por jovens mulheres**. Campinas, 2007.

\_\_\_\_\_. A fecundidade na adolescência e a educação formal: convergências e divergências interpretativas a partir de uma avaliação do Censo Demográfico 2000. In: IBGE. **Prêmio Ence 50 anos**: o censo 2000 e a pesquisa social no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2009. p. 79-131.

FERRAZ, Elizabeth; FERREIRA, Inês Quental. Início da atividade sexual e características da população adolescente que engravida In: VIEIRA, Elizabeth Meloni et al. (Org.). **Seminário gravidez na adolescência**. Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família, 1998. p. 47-54.

FURSTENBERG, Frank F. When will teenage childbearing become a problem? The implication of western experience for developing countries. **Studies in Family Planning**. New York, v. 29, n. 2, p. 246-253, Jun. 1998. Special issue: Adolescent reproductive behavior in the developing world.

\_\_\_\_\_. **Destinies of the disadvantaged**: the politics of teenage childbearing. New York: Russell Sage Foundation, 2007.

FURSTENBERG, Frank F.; BROOKS-GUNN, Jeanne; MORGAN, S. Philip. **Adolescent mothers in later life**. Cambridge [Cambridgeshire]; New York: Cambridge University, 1987.

GERONIMUS, Arline T.; KORENMAN, Sanders. The socioeconomic consequences of teen childbearing reconsidered. **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 107, n. 4, p. 1187-1214, nov. 1992.

\_\_\_\_\_. The socioeconomic costs of teenage childbearing: evidence and interpretation. **Demography**, Silver Spring, v. 30, n. 2, p. 281-290, may 1993.

HEILBORN, Maria Luiza; CABRAL, Cristiane S. A new look at teenage pregnancy in Brazil. **International Scholarly Research Network: obstetrics and gynecology**, v. 2011, 2011.

HOFFMAN, Saul D.; FOSTER, E. Michael; FURSTENBERG, Frank F. Reevaluating the costs of teenage childbearing. **Demography**, Silver Spring, MD, v. 30, n. 1, p. 1-13, Feb. 1993. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/pdfplus/2061859.pdf>>. Acesso em: nov. 2010.

HOTZ, Joseph V.; McELROY, Suzan Williams; SANDERS, Seth G. Teenage childbearing and its life cycle consequences. Exploiting a natural experiment. **The Journal of Human Resources**, Wisconsin, v. 40, n. 3, p. 683-715, summer, 2005.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT 2003. **Millennium development goals: a compact among nations to end human poverty**. New York: United Nations Development Programme, 2003.

IBGE (Instituto Nacional de Geografia e Estatística). **IBGE Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>>. Acesso em: 7 jul. 2013.

MENSCH, Barbara S.; BRUCE, Judith; GREENE, Margaret E. **The uncharted passage: girls' adolescence in the developing world**. New York: Population Council, 1998.

SISNEP (Sistema Nacional de Informações Sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos). **Projetos aprovados no estado de São Paulo no ano de 2006**. Disponível em: <[http://portal2.saude.gov.br/sisnep/extrato\\_projeto.cfm?codigo=97046](http://portal2.saude.gov.br/sisnep/extrato_projeto.cfm?codigo=97046)>. Acesso em: 28 jul 2013.

*Recebido em: 04.03.2013*

*Aprovado em: 27.06.2013*

**Humberto Corrêa** é mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais com ênfase em Demografia pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) – curso vinculado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – e doutorando em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).